



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 123

TERÇA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	10429
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	10475
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	10477
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	10494
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	10550
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO .....	10550
EDITAIS E AVISOS.....	10550

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

PORTARIA DE 29 DE JUNHO DE 1992

O MINISTRO SYDNEY SANCHES, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA,

**R E S O L V E** nomear, nos termos do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o Bacharel **ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS**, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, Código STF-DAS-102.5, em vaga decorrente da exoneração de Beatriz Kicis Torrents de Sordi.

MINISTRO SYDNEY SANCHES  
Presidente

### DISTRIBUIÇÃO

SEXAGÉSIMA OITAVA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1992. PRESIDENTE DO EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 64, I RISTF).

AS 17:00 HORAS NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145243**  
ORIGEM : MINAS GERAIS  
**RELATOR** : MIN. MARCO AURELIO  
AGTE. : COMPANHIA TECIDOS SANTAVENSE  
ADV. : CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO E OUTROS  
AGDO. : CONCEIÇÃO APARECIDA PICOLI  
DISTRIBUIDO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145249**  
ORIGEM : RIO DE JANEIRO  
**RELATOR** : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
AGTE. : GABRIEL LEON JUNIOR

ADV. : SERGIO MATOS SOUZA E OUTROS  
AGDO. : ALINE DE CARVALHO E SILVA E OUTRO  
ADV. : LUIZ EDUARDO CAVALCANTI CORREA  
DISTRIBUIDO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145260**  
ORIGEM : RIO DE JANEIRO  
**RELATOR** : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
AGTE. : CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PORTO FINO  
ADV. : PAULO ROBERTO DE CARVALHO REGO E OUTROS  
AGDO. : ANA CRISTINA DE OLIVEIRA  
ADV. : ANDREA GONCALVES KAMPFEL E OUTROS  
DISTRIBUIDO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145263**  
ORIGEM : RIO DE JANEIRO  
**RELATOR** : MIN. CARLOS VELLOSO  
AGTE. : PEDRO PAULO BRAT DOS SANTOS E OUTROS  
ADV. : FERNANDO HENRIQUE SAABEDRA CARDOSO FELIX  
AGDO. : WILSON FREITAS MENDONÇA E CONJUGE  
ADV. : REGINA LUCIA J. DE ANDRADE E OUTROS  
DISTRIBUIDO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145305**  
ORIGEM : AMATONAS  
**RELATOR** : MIN. PAULO BROSSARD  
AGTE. : CERVEJARIA MIRANDA CORREA S/A  
AGDO. : JOSE ALBERTO COUTO MACIEL E OUTROS  
AGDO. : UNIAO FEDERAL  
ADV. : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL  
DISTRIBUIDO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145312**  
ORIGEM : DISTRITO FEDERAL  
**RELATOR** : MIN. CARLOS VELLOSO  
AGTE. : SHARP S/A EQUIPAMENTOS ELETRONICOS  
ADV. : IRACEMA SANTOS RODRIGUES E OUTROS  
AGDO. : UNIAO FEDERAL  
ADV. : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL  
DISTRIBUIDO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145315**  
ORIGEM : MINAS GERAIS  
**RELATOR** : MIN. CELSO DE MELLO  
AGTE. : B.F. TRANSPORTES LTDA E OUTROS  
ADV. : MARCOS AURELIO RICALHO DE ABREU CHAGAS E OUTRO  
AGDO. : UNIAO FEDERAL  
ADV. : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL  
DISTRIBUIDO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145323**  
ORIGEM : SAO PAULO  
**RELATOR** : MIN. FRANCISCO REZEK  
AGTE. : CASA PRATA IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA  
ADV. : PAULO ALVES ESTEVES E OUTROS  
AGDO. : DEICMAR HANIEL S A DESPACHOS ADIARNETROS ASSessorIA E TRANSPORTES  
ADV. : CLAYTON BRANCO E OUTRO  
DISTRIBUIDO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145340**  
ORIGEM : RIO DE JANEIRO  
**RELATOR** : MIN. SEPULVEDA PERTENCE  
AGTE. : NÍLO SÉRGIO MANGANO FERREIRA  
ADV. : NEY MOREIRA DA FONSECA E OUTROS  
AGDO. : MARCO ANTONIO GRAELL SATTAMINI  
ADV. : EURYALO DE LEMUS SOBRAL E OUTROS  
DISTRIBUIDO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145366**  
ORIGEM : SAO PAULO  
**RELATOR** : MIN. NERI DA SILVEIRA  
AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO



ADV. : MARTA HELENA DA SILVA FERNANDES E OUTROS  
 AGDO. : MARTA JOSE ALEXANDRINI MIRAMONTES  
 ADV. : MARTA ELENA MIRANDA VEDOVATO E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145368

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : MARCIA MARIA BARRETA FERNANDES E OUTROS  
 AGDO. : ANIZIO DE SOUZA E OUTROS  
 ADV. : RENATO DE SAULA SCAGLIONE E OUTRO  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145371

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
 AGTE. : MUNICIPIO DE SAO PAULO  
 ADV. : JOSE DE ARAUJO NOVAES NETO E OUTROS  
 AGDO. : OLIVETTI DO BRASIL S/A  
 ADV. : DIRIVAL FERNANDO MURU E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145373

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD  
 AGTE. : HELMI MOHAMED IRAKHIN NASR  
 ADV. : RAUL SCHWINDEN E OUTRO  
 AGDO. : UNIVERSIDADE DE SAO PAULO-USP  
 ADV. : GUILHERME DA COSTA PINO FILHO E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145374

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA  
 AGTE. : PAULO HENRIQUE SILVA GARCIA  
 ADV. : ROGERIO LAURIA TUCCI E OUTROS  
 AGDO. : MARTO CARPBIANCO E OUTROS  
 ADV. : ANTONIO DE ARPUA SAMPAIO E OUTROS  
 AGDO. : ROSA MARIA CARPBIANCO  
 ADV. : REINALDO AMARAL DE ANDRADE E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145412

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
 AGTE. : IRI-INSTITUTO MARIA IMACULADA  
 ADV. : JOSE EDUARDO FERREIRA PINO E OUTROS  
 AGDO. : INSTITUTO EDUCACIONAL IMACULADA CONCEICAO  
 ADV. : BORTS OLIVEIRA DORT  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145416

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. FRANCISCO REZEK

AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : ELIZABETH JANE ALVES DE LIMA E OUTROS  
 AGDO. : ECOMPTADING S/A COMERCIO EXTERIOR  
 ADV. : EMILIA EMIKO AKAMATU E OUTRO  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145419

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : ELIZABETH JANE ALVES DE LIMA E OUTROS  
 AGDO. : VOLKART IMAHOS LTDA  
 ADV. : EMILIA EMIKO AKAMATU E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145420

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : JOSE RAMOS NOGUEIRA NETO E OUTROS  
 AGDO. : ECOMPTADING S/A COMERCIO EXTERIOR  
 ADV. : FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145425

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : ELEONORA LUCCHESE MARTINS FERREIRA E OUTROS  
 AGDO. : ARMONY COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO E BENEFICIAMENTO DE CAFE LTDA  
 ADV. : FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145426

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : MARCO ANTONIO NOVAES SUPHA E OUTROS  
 AGDO. : IGNAUS PIREIRO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA  
 ADV. : EMILIA EMIKO AKAMATU E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145427

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : ELIZABETH JANE ALVES DE LIMA E OUTROS  
 AGDO. : COSTA CAFE COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA  
 ADV. : EMILIA EMIKO AKAMATU E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145428

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. ILMAR GALVAO  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : ELEONORA LUCCHESE MARTINS FERREIRA E OUTROS  
 AGDO. : MARIA JOSE SILVEIRA DE OLIVEIRA  
 ADV. : FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145429

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : CARLA PEDROZA DE ANDRADE ADRIEL SAMPAIO E OUTROS  
 AGDO. : STOCKLER COMERCIAL E EXPORTADORA DE CAFE S/A  
 ADV. : JOSE PAULO FERNANDES FREIRE E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145430

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA  
 AGTE. : MILTON ALVES DE CAMPOS  
 ADV. : CLOVIS DE MELLO E OUTROS  
 AGDO. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : VERA LUCIA GONCALVES BARBOSA E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145431

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : REGINA MARIA RODRIGUES DA SILVA E OUTROS  
 AGDO. : CARLOS ALBERTO ZELLO  
 ADV. : JOSE EDUARDO FERREIRA NETO E OUTROS  
 DISTRIBUIDO

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 145432

ORIGEM : SAO PAULO  
 RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD  
 AGTE. : ESTADO DE SAO PAULO  
 ADV. : ALMAIR NOGUEIRA MENDES E OUTROS  
 AGDO. : LUDMEL RODRIGUES BEATO E OUTROS  
 ADV. : MARTA ELENA MIRANDA VEDOVATO E OUTROS  
 DISTRIBUIDO



### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Imprensa Nacional — IN

SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF  
 Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046  
 Telex: (061) 1356  
 CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA  
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
 Coordenador de Produção Industrial

#### DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
 Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS  
 Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral .....	Cr\$ 92.000,00	Cr\$ 23.400,00	Cr\$ 83.600,00	Cr\$ 93.300,00	Cr\$ 147.700,00
Portes:					
Superfície .....	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 23.780,00	Cr\$ 42.240,00	Cr\$ 48.180,00	Cr\$ 87.120,00
Aéreo .....	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 62.700,00	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 126.720,00	Cr\$ 229.020,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DICOM  
 Telefone: (061) 226-6812  
 Horário: 7:30 às 19:00 horas



O demandante fundamenta o recurso unicamente em divergência jurisprudencial, com a transcrição de arestos para confronto.

No tocante à prescrição, as decisões paradigmáticas transcritas às fls. 348 e 349 não revelam divergência específica capaz de viabilizar os embargos, pois não aludem à circunstância básica que conduziu à conclusão embargada, qual seja, a de que a prescrição bial havia se consumado antes da vigência da atual Constituição Federal.

Do mesmo modo, os arestos apresentados às fls. 349/350 não justificam o recurso no que se refere aos juros de 1%, já que sequer examinam a matéria à luz do Decreto-Lei nº 2.322/87 e portanto não se contrapõem à decisão embargada, que entendeu pela aplicação dos juros de 1% aos processos em curso, a partir da data de vigência do referido diploma legal.

Por fim, não obstante o embargante afirmar às fls. 350 ter indicado "flagrantes" violações legais capazes de viabilizar o recurso, não lançou nas razões qualquer dispositivo de lei supostamente vulnerado em sua literalidade.

Assim, diante da incidência do Enunciado nº 296/TST à hipótese, denega-se seguimento aos embargos.

Publique-se.

Brasília, 17 de junho de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

#### PROCESSO Nº TST-E-RR-28.232/91.0

Embargantes : NELSON PRADO SAMPAIO FILHO E OUTRO

Advogado : Dr. Juvenal C. de Azevedo Canto

Embargado : BANCO DO BRASIL S/A

Advogado : Dr. Helvécio Rosa da Costa

#### TRT - 15ª Região

#### DESPACHO

A egrégia 4ª Turma conheceu do recurso da revista do reclamado por ofensa ao art. 832 da CLT, e, no mérito, deu-lhe provimento para, determinando o retorno dos autos ao TRT de origem, anular a decisão proferida às fls. 149/150, que rejeitou os embargos declaratórios opostos pelo banco. Entendeu o douto colegiado que, embora o demandado tenha diligenciado no sentido de prequestionar a matéria, o egrégio Regional, ao rejeitar os declaratórios, efetivamente deixou de se pronunciar sobre os temas veiculados.

Nos embargos (fls. 206/208) o reclamante insurgiu-se contra o conhecimento da revista, indicando como violados os arts. 896 e 794 da CLT. Aduz que o recurso não deveria ter sido conhecido seja pelo óbice do Enunciado nº 208/TST, seja pela faticidade da matéria veiculada. Sustenta, ainda, a inexistência de prejuízo capaz de justificar a decretação de nulidade.

Os embargos não se viabilizam pelo prisma da alegada ofensa ao art. 896 da CLT. O Enunciado nº 208 não tem pertinência à hipótese porque cuida da admissibilidade do recurso de revista por divergência jurisprudencial, ao passo que a decisão embargada conheceu da revista do demandado unicamente por violação legal. Por outro lado, não justifica o processamento dos embargos a alegação de que os temas veiculados no recurso possuem natureza fática.

Não há margem, de igual modo, a conclusão em torno da indicada violação do art. 794 da CLT, uma vez que a conclusão acerca da nulidade da decisão proferida nos embargos declaratórios resultou da constatação de manifesto prejuízo à parte, que, embora tenha provocado o órgão jurisdicional no momento oportuno, não logrou obter esclarecimentos sobre diversas matérias regulamentares ligados à complementação de proventos de aposentadoria.

Na conformidade do que consta do v. acórdão recorrido, a rejeição dos declaratórios importou em ofensa ao art. 832 da CLT, já que a não apreciação ampla da controvérsia impediria a sua reapreciação em sede extraordinária, por ausência de prequestionamento.

Ante o exposto, nega-se seguimento aos embargos.  
Publique-se.

Brasília, 22 de junho de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

#### PROCESSO Nº TST-E-RR-31.073/91.9

Embargantes: AMBROSINA DE JESUS PRADO E OUTROS

Advogado : Dr. Manoel J. Beretta Lopes

Embargado : HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Advogado : Drª Maria Fernanda R.M.T. Martins

#### TRT - 2ª Região

#### DESPACHO

A egrégia 4ª Turma não conheceu do recurso da revista dos reclamantes, que versava sobre o pagamento das diferenças salariais decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 2.335/87 - URPs -, por entender que os arestos colacionados não se coadunavam com o disposto no Enunciado nº 296-TST, já que abordavam a questão relativa ao regime jurídico dos servidores, aspecto não analisado pela decisão regional, e diante da interpretação dispensada ao invocado art. 8º, § 1º, do Decreto-Lei nº 2.335/87, que, por sua razoabilidade, atraía a incidência do verbete nº 221 da súmula (fls. 223-225).

Os demandantes interpõem embargos (fls. 227-234), sustentando que o não conhecimento da revista importou ofensa ao art. 21, inciso I, da Constituição Federal, assim como infringência do disposto no Decreto-Lei nº 2.335/87, uma vez que "o pressuposto estabelecido na letra a do art. 896 da CLT foi plenamente preenchido", com a indicação de divergência válida e aplicável à hipótese. Alegam, de outro modo, que as disposições do Decreto-Lei nº 2.335/87 devem ser

aplicadas aos servidores estaduais, pois estes, embora regidos pela CLT, estariam sob a égide da legislação federal, visto que a relação jurídica estabelecida entre eles e o Estado deve ter o mesmo tratamento dado à relação empregatícia de âmbito privado. Reporta-se à divergência colacionada na revista, apontando-a como válida, além de transcrever novos arestos, com o escopo de justificar sua tese.

Os embargos, no entanto, não se viabilizam, pois encontram-se desfundamentados. Com efeito, os embargantes não argüiram expressamente a violação do art. 896 da CLT, pressuposto de recorribilidade necessário, em face do não conhecimento da revista, consoante exige a jurisprudência dominante nesta Corte.

Todavia, ainda que se pudesse superar tal obstáculo, o recurso, de qualquer sorte, não prosperaria. Sob o prisma da violação legal, não há margem à conclusão em torno da alegada ofensa ao art. 21, inciso I, da Constituição Federal, dada a ausência de prequestionamento, uma vez que a questão relativa ao pagamento das URPs não foi examinada pela egrégia Turma, que nem sequer adentrou o mérito da questão. Incide na hipótese o Enunciado nº 297-TST.

Da mesma forma, não impulsiona o recurso a alegação de infringência ao Decreto-Lei nº 2.335/87, já que, além de não ter sido indicado qual o dispositivo legal tido como violado, a decisão recorrida não foi conhecida, não tendo apreciado o suposto direito dos reclamantes ao pagamento da URP, não havendo tese a ser confrontada de modo a aferir uma possível violação legal.

Registre-se, por outro lado, que os arestos colacionados na revista (187-188) também não a viabilizavam pelo requisito da divergência jurisprudencial, uma vez que não revelam a especificidade necessária, por abordarem a matéria sob o prisma do regime jurídico dos servidores, aspecto este não debatido pelo v. acórdão regional, que apenas se referiu de forma genérica aos servidores autárquicos estaduais. Exsurge, assim, a pertinência do Enunciado nº 296-TST, corretamente aplicado pela egrégia Turma.

Ante o exposto, nega-se seguimento aos embargos.  
Publique-se.

Brasília, 22 de junho de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

#### PROC. Nº TST - E-RR-34.909/91.8

#### TRT - 2ª Região

Embargante: BANCO BRADESCO S/A

Advogada : Drª Rosemary Cangello

Embargado : VANDERLEY PEREZ GARCIA

Advogado : Dr. Irineu Henrique

#### DESPACHO

A egrégia 4ª Turma deu provimento parcial ao recurso da revista do reclamante para restabelecer a r. sentença de 1º grau quanto ao tema alusivo à participação nos lucros, ao fundamento de que, não obstante o fato de ter sido rescindido seu contrato de trabalho sem justa causa, antes de concluído o primeiro semestre, a verba é devida de forma proporcional (fls. 235/237).

Nos embargos, o demandado sustenta que o pagamento da participação nos lucros pressupõe a continuidade do vínculo laboral e a verificação da existência de lucros, indicando julgados para confronto. As decisões paradigmáticas transcritas às fls. 240/241, contudo, não viabilizam o recurso, na medida em que não evidenciam a existência de divergência jurisprudencial válida. O primeiro aresto, por não mencionar qual a parcela a que se refere, enquanto o segundo e o terceiro por tratarem de verba diversa da hipótese em questão, qual seja, gratificação de balanço. Por fim, o último paradigma, embora aluda à participação nos lucros, não aborda a circunstância básica que conduziu a decisão embargada, apenas afirmando fazer jus à parcela o empregado que se encontrar na empresa à época da assembléia que aprovou o balanço.

Ante o exposto, não configurado o conflito de teses, nega-se seguimento aos embargos.  
Publique-se.

Brasília, 23 de junho de 1992.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

#### PROCESSO Nº TST-E-RR-35.777/91.2

#### TRT - 10ª Região

Embargante: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Advogado : Dr. José Torres da Neves

Embargado : BANCO BRADESCO S/A

Advogado : Br. Valtér Ribeiro da Aradjo

#### DESPACHO

A egrégia 4ª Turma negou provimento ao recurso da revista do sindicato, consignando inexistir preceito legal a permitir a substituição processual pretendida, além de não se poder considerar que o art. 8º, III, da Constituição Federal tenha criado "nova figura de substituição processual, limitando-se à representação processual" (fls. 180/181).

O demandante interpõe embargos (fls. 183/193), articulando com ofensa aos arts. 8º, inciso III, e 5º, § 1º, do atual texto constitucional. Sustenta a pretensão recursal em suposta discrepância jurisprudencial, transcrevendo arestos para confronto. Entende cabível aos sindicatos substituir de forma ampla toda a sua categoria.

A tese adotada pelo segundo aresto paradigma transcrito às fls. 186 revela-se divergente do v. acórdão embargado, ao afirmar que



a orientação contida no art. 8º, III, da Constituição Federal autoriza a substituição ampla da categoria pelo sindicato.

Ante o exposto, evidenciada a divergência jurisprudencial, dá-se seguimento aos embargos.

Vista à parte contrária para, querendo, oferecer impugnação no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 19 de junho de 1992.

MINISTRO HERMES PEDRO PEDRASSANI  
Presidente da Turma

## Superior Tribunal Militar

### Presidência

ATOS DE 26 DE JUNHO DE 1992

O GENERAL-DE-EXERCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 018-GAB/EOR, de 17 JUN 92, resolve

Nº 9.881- DESIGNAR, a partir de 01 JUN 92, o 3º Sgt QE SEBASTIÃO RIBEIRO DA SILVA para exercer, em vaga decorrente da dispensa do 3º Sgt QE João Rodrigues de Souza, o encargo de Auxiliar de Gabinete de Ministro II, previsto no Ato nº 9.781/92, junto ao Gabinete do Min Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis.

O GENERAL-DE-EXERCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXII, do Regimento Interno, resolve

Nº 9.882- DECLARAR, por motivo de falecimento da Técnica Judiciária MARIA CATARINA SALES DE CARVALHO, a partir de 15 JUN 92, vago o cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria, código STM-DAS-101.5, da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM.

O GENERAL-DE-EXERCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXIII, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ato nº 9.303, de 11 ABR 91, resolve

Nº 9.883- DESIGNAR a Bibliotecária, classe Especial, referência NS-25, GENI CASEMIRO LOURENÇO, Diretora de Serviço, código STM-DAS-101.5, para, em conformidade com o artigo 38, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 90, substituir o titular do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, código STM-DAS-101.6, no período de 02 a 21 JUL 92.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

## Ministério Público da União

### Ministério Público Federal

### Procuradoria da República em São Paulo

PORTARIA Nº 04, DE 06 DE MAIO DE 1992

Na condição de Coordenadora da Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos-CODID/SP e face o deliberado em reunião datada de 3 de abril último, e os termos da Portaria nº 316/92 do Exmo. Sr. Procurador Geral da República baixo a presente portaria para disciplinar:

1) A distribuição de representações/expedientes entrados neste Coordenadoria a partir desta data, dividir-se-á em três (03) núcleos:

a) Núcleo de Defesa do Meio Ambiente e Interesses Indígenas, a cargo da Dra. Elizabeth Kablukow Bonora Peinado;

b) Núcleo de Defesa do Patrimônio Público, a cargo da Coordenadora;

c) Núcleo de Defesa dos Direitos Individuais e Minorias (Deficiente e Menor) e Defesa do Consumidor, a cargo da Dra. Antônio Lélia Neves Sanches.

2) A distribuição dos Processos Judiciais em trâmite far-se-á por anotação em livro específico, conforme ordem de entrada, seguindo ordem alfabética dos nomes das Procuradoras da República em exercício na CODID/SP.

Dê-se ciência deste as Procuradoras da República designadas, a Procuradora Chefe e ao Secretário da SECODID.

São Paulo, 04 de maio de 1992.

ANÁ LUCIA AMARAL  
Coordenadora de Defesa dos Direitos  
Individuais e Interesses Difusos

## Editais e Avisos

### Tribunal Superior Eleitoral

### Secretaria de Coordenação Eleitoral

### Subsecretaria Judiciária

### Lista Tríplice

EDITAL EXPEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 25, DO CÓDIGO ELEITORAL

O Exmo. Sr. Ministro JOSE CANDIDO, Relator do Processo nº 12.112 CIs. 10ª - RIO GRANDE DO SUL (Porto Alegre),

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que para preenchimento da vaga de JUIZ SUBSTITUTO, da classe de jurista do TRE do RIO GRANDE DO SUL, decorrente do término do 1º biênio do DR. GOMERCINDO LINS COITINHO, foi indicado pelo Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 25 do Código Eleitoral, em substituição ao nome do Dr. GOMERCINDO LINS COITINHO, o seguinte advogado:

DR. LUIS CARLOS ECHEVERRIA PIVA

No prazo de cinco dias a contar da publicação do presente edital, a indicação poderá ser impugnada com fundamento em incompatibilidade.

Dado e passado aos dezenove dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois. Eu, PEDRO DE MELLO FIGUEIREDO, Diretor-Geral da Secretaria, subscrevo.

Ministro JOSE CANDIDO, Relator.

### Tribunal Superior do Trabalho

### Quarta Turma

EDITAL DE 25 DE JUNHO DE 1992

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Hermes Pedro Pedrassani - Presidente da 4ª Turma, comunicamos aos Ilustríssimos Senhores Advogados, Partes e demais interessados, que fica cancelada a 14ª Pauta de Julgamento da Sessão do dia 29 de junho de 1992.

MÁRCIO ANTERO DE CARVALHO  
Diretor da Secretaria da Turma

**27 DE JUNHO**  
**DIA NACIONAL DO DIABETES**  
**"2,5 milhões de brasileiros são diabéticos e não sabem"**  
Informe-se junto aos serviços de saúde